



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 3, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 3 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.03.30>

Recebido em: **19/08/2020**

Aprovado em: **19/08/2020**

AS FORMAS DO EXERCÍCIO DE PODER NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO ENSINO BÁSICO E ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DO CURSO DE HISTÓRIA DA UEFS; THE FORMS OF POWER EXERCISE IN THE TEACHER-STUDENT RELATIONSHIP IN BASIC EDUCATION AND HIGHER EDUCATION: PERSPECTIVE OF STUDENTS AT THE UEFS HISTORY COURSE; LAS FORMAS DEL EJERCICIO DE PODER EN LA RELACIÓN PROFESOR-ESTUDIANTE EN EDUCACIÓN BÁSICA Y EDUCACIÓN SUPERIOR: PERSPECTIVA DE LOS ESTUDIANTES EN EL CURSO DE HISTORIA DE LA UEFS

LORENA DE AMORIM SANTOS TEIXEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-5821-7080>

MARIA CLEONICE BARBOSA BRAGA

<http://orcid.org/000000019896-0736>

O presente trabalho se debruça sobre as formas pelas quais o poder é exercido na relação professor-aluno. O estudo envolveu oito estudantes universitários de um curso de Licenciatura em História de uma universidade pública do interior baiano, direcionada por uma abordagem qualitativa e utilizou-se de entrevistas individuais de caráter semiestruturado para o processo de recolha de dados. A base ou sustentação teórica está amparada em Michel Foucault de cujas elaborações apropriou-se o conceito de poder, norteador da organização e interpretação dos dados. Os resultados apontaram que as formas de exercício de poder na determinada relação se destacam na organização do espaço físico da sala de aula e fora dela, no método de avaliação utilizado, na maneira como os docentes se relacionam com os estudantes em diversas situações e nos modos de resistência dos estudantes frente a essas práticas.

**Palavras-chave:** Formas de poder. Poder disciplinar. Relação professor-aluno. Ensino Superior

The present work focuses on the ways in which power is exercised in the teacher-student relationship. The study involved eight university students from a History Degree course at a public university in the interior of Bahia, guided by a qualitative approach and used semi-structured individual interviews for the data collection process. The theoretical basis is supported by Michel Foucault, whose elaborations appropriated the concept of power, guiding the organization and interpretation of data. The results showed that the forms of exercising power in a given relationship stand out in the organization of the physical space of the classroom and outside it, in the evaluation method used, in the way the teachers relates to students in different situations, in the ways resistance of the students.

**Keywords:** Forms of power. Discipline of power. Teacher-student relationship. University education

El presente trabajo se centra en las formas en que se ejerce el poder en la relación profesor-alumno. El estudio involucró a ocho estudiantes universitarios de la carrera de Historia de una universidad pública del interior de Bahía, guiados por un enfoque cualitativo y utilizaron entrevistas individuales semiestructuradas para el proceso de recolección de datos. El fundamento o soporte teórico lo sustenta Michel Foucault, cuyas elaboraciones se apropiaron del concepto de poder, orientando la organización e interpretación de los datos. Los resultados mostraron que las formas de ejercer el poder en una determinada relación se destacan en la organización del espacio físico del aula y fuera de él, en el método de evaluación utilizado, en la forma en que los docentes se relacionan con los estudiantes en diferentes situaciones, en las formas la resistencia de los estudiantes a estas prácticas.

**Palavras clave:** Formas de poder. Poder disciplinario. Relación profesor-alumno. Enseñanza superior.

## INTRODUÇÃO

A atual escrita é um desdobramento de uma investigação maior de iniciação científica que está em fase de finalização e que tem por temática central as relações de poder entre professor e aluno na universidade e sua influência nos processos de aprendizagem. Posto isso, a partir de narrativas de oito entrevistados, licenciandos do curso de História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), nos propomos a discutir as formas do exercício de poder presentes no ensino básico e no ensino superior por meio da dimensão de como esses sujeitos percebem que as mesmas se desenvolveram e desenvolvem em suas trajetórias estudantis.

Michel Foucault é tomado como o principal referencial teórico acerca das relações de poder, o qual compreende que em todas as relações sociais o poder é exercido e se manifesta a partir de verdades, aparelhos, técnicas, que garantem o seu funcionamento (FOUCAULT, 2019). É imprescindível ressaltar que as formas do exercício de poder são mais perceptíveis em instituições disciplinares, ou de sequestro, objetivando um corpo a ser disciplinado, transformado, docilizado e útil.

Dessa forma, considerando a escola e a universidade como instituições disciplinares compreendemos que os corpos ali postos estão envolvidos em relações de poder e mediatizados por diversas técnicas disciplinares, submetidos a um poder institucionalizado, mas que também é exercido a partir do lugar que se ocupa na relação, até mesmo como forma de resistência. Sendo assim, partindo do pressuposto de que em todas as relações sociais o exercício de poder está presente, entre professor e aluno não é diferente.

As formas do exercício de poder presentes nessa relação se desenvolvem através de um poder já institucionalizado, da organização do espaço físico da sala de aula, por meio das avaliações, dentre outros. Além disso, o poder simbólico e as formas de resistência também estão presentes na determinada interação.

É importante ressaltar que assim como Foucault (1995) sugere que as instituições devem ser analisadas por meio das relações de poder que nelas são exercidas e não o contrário, o objetivo deste trabalho está ancorado em destacar quais são as formas de exercício de poder presentes nessa interação nos diferentes períodos educacionais, de que maneira são exercidas, quem as exercem e para qual finalidade.

## METODOLOGIA

A pesquisa é direcionada por uma abordagem qualitativa que visa destacar a percepção do sujeito entrevistado acerca da questão investigada, analisando os seus próprios discursos. Destarte, segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa busca compreender o funcionamento interno de grupos, instituições e atores em relação a “[...] (a) valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos; (b) relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; (c) processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais” (p. 23).

A investigação envolve oito estudantes do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) sendo quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino. As idades variam de 21 a 29 anos e com relação à cor cinco se autodeclararam negros, dois pardos e uma branca. A maioria dos participantes selecionados estavam cursando os últimos semestres do curso e, para efeito de tratamento, são nomeados seguindo a ordem alfabética de A-H, sendo que os quatro primeiros (A, B, C, D) se referem aos entrevistados do sexo masculino e os últimos (E, F, G e H) do sexo feminino, considerando a ordem de entrevistas.

As entrevistas realizadas foram de caráter semiestruturado, com o objetivo de possibilitar uma certa liberdade na conversa entre o entrevistado e a investigadora. Foi utilizado um roteiro produzido pelas

autoras contendo perguntas principais e outras que complementaríamos as anteriores, caso houvesse necessidade, a fim de que o objetivo da pesquisa fosse alcançado.

Em relação a análise de conteúdo, foi adotada a classificação de Laurence Bardin (2006) que define três fases na realização do processo de análise da percepção do entrevistado: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise se refere a uma fase de organização, como por exemplo, a escolha de leituras que tenham relação com o objetivo esperado. Além disso, a leitura flutuante também faz parte desta primeira etapa, se remete a uma leitura inicial que, ao passar do tempo, vai se desenvolvendo e sendo mais aprofundada.

Para procedimento de análise das narrativas foi realizada a organização por sentidos considerados próximos. Dessa forma, foram escolhidas leituras iniciais que abarcassem o objetivo do projeto, auxiliando na produção do roteiro para mediar as conversas. As entrevistas semi-estruturadas foram completamente transcritas para que tivéssemos um melhor aproveitamento do conteúdo); A compreensão do material foi realizada a partir da aproximação de narrativas consideradas semelhantes e procedidas de interpretação a partir dos referenciais centrais da investigação.

## DISCUSSÃO

O poder não é algo que alguém possui ou detém, mas é exercido por diferentes sujeitos inseridos na sociedade, funcionando como uma rede. Ora uma pessoa exerce poder, ora o sofre. Para além de se constituir como uma lei que apenas diz não, que proíbe e exclui, o poder também funciona como uma força produtiva que produz discursos, produz sujeitos, forma saber, e é por apresentar essa característica produtiva que permanece vigente no campo social (FOUCAULT, 1979).

As relações de poder estão presentes em toda sociedade e se referem a uma condução de condutas, uma ação de alguns sobre ações de outros em que esses outros são considerados “livres” no sentido de dispor de possibilidades de comportamentos, sendo essa característica a condição para o exercício de poder (FOUCAULT, 1995).

Tendo posto isso, alguns aspectos contribuem para o exercício de poder nas variadas relações e um desses é o sistema de diferenciações que potencializa pessoas quando em ação frente a diferentes cargos e funções, a agirem de forma a demonstrarem sua força e domínio sobre as ações dos demais (FOUCAULT, 1995). Desse modo, não é difícil identificar na escola e na universidade essa diferenciação exercida na relação professor-aluno uma vez que o lugar do professor coloca esse sujeito numa condição de comando, de superioridade frente aos estudantes, principalmente através da utilização de estratégias do poder disciplinar.

O poder disciplinar tem como principal objetivo a disciplinarização dos corpos e a garantia da eficácia do poder a partir das suas técnicas que permitem o controle ininterrupto do comportamento dos indivíduos, produzindo corpos dóceis e úteis (FOUCAULT, 2019). Ao longo da sua obra Foucault ressalta as principais técnicas disciplinares como a clausura, técnica de organização dos espaços físicos que possibilita o controle dos corpos que habitam determinado espaço, o quadriculamento, o controle do tempo, a sanção normalizadora e o exame.

O gerenciamento do tempo implica no controle de atividades, estabelecendo horários rígidos como os das aulas, criando um tempo integralmente útil e produtivo; além desses, a sanção normatizadora representa medidas de correção para os comportamentos desviantes, servindo como uma forma de punir (FOUCAULT, 2019), podendo ser comparada com a advertência e a suspensão que ocorrem no âmbito escolar para alunos que se distanciaram da norma.

As formas de poder na instituição educacional coloca o professor no papel de mestre, aquele que vigia, controla os corpos no espaço da sala de aula, lhe possibilita o exercício de poder por meio da aprovação ou reprovação. É um poder que ocorre ao longo de um processo histórico no âmbito da educação e que muitas vezes assegura aos sujeitos da relação professor-aluno a presença da

hierarquia na qual a fala do professor significa mais do que a fala do aluno (ORLANDI, 2009).

Na visão de Guiraud (2008), no período escolar se estabelecem relações que propiciam a hierarquização e a sujeição, características da ordem disciplinar que especifica os espaços, determina atividades, procura assegurar a qualidade do tempo posto. Ademais, os alunos são mantidos sob o olhar atento daqueles que estão no dever de vigiar e corrigir quando há algum desvio, seja de nota, comportamento.

Todavia, as técnicas de poder utilizadas no âmbito escolar ainda são utilizadas na universidade, mas que de forma transvestida, sob outras roupagens e, como é o objetivo deste trabalho, são destacadas na relação professor-aluno, as quais advêm de um processo histórico disciplinar que objetiva a formação de corpos dóceis e úteis.

É sabido que a relação professor-aluno no ensino básico se desenvolve de maneira mais intimista do que no ensino superior, ultrapassando os limites profissionais, uma vez que o estudante está no seu processo de desenvolvimento tanto físico quanto cognitivo, aprendendo a se adaptar (ou não) às regras estabelecidas na instituição educacional (JESUS, 2009). Por esse lado a entrevistada H argumenta que os seus professores no ensino básico:

Sempre faziam das aulas, tanto uma passagem de conhecimento quanto uma conversa mais pessoal, guiando a gente para algo melhor e tal. Aqui dentro, os professores não perguntam se você consegue fazer isso, mas eles afirmam que “você precisa fazer isso” e, muitas vezes, não explicavam o porquê.

Contudo, alguns entrevistados evidenciam que professores universitários tentam quebrar essa figura detentora de poder na determinada relação. Nas narrativas desses estudantes alguns professores são mais sutis em exercer o poder, são mais condescendentes com os estudantes. Entretanto destacando a fala de um dos entrevistados:

[...] por mais “brother”, por mais “chapa” que o professor ou a professora [possa ser], há uma relação de poder que [...] querendo ou não, o professor tem um capital simbólico diferente daquele que o aluno tem (C).

Não obstante, mesmo que a interação professor-aluno no ensino básico se desenvolva de maneira mais intimista e no ensino superior de maneira mais tolerante, o exercício de poder continua presente na relação. Uma das formas do exercício de poder nos diferentes períodos educacionais utilizada pelo professor é materializada na organização do espaço da sala de aula. Como geralmente acontece no ensino básico o entrevistado D afirma que na universidade “[...] temos o professor na frente, os alunos em fila para poder nivelar. Algumas salas de aula aqui têm terrenos elevados, o púlpito para o professor poder falar. Então tem essa visão de superioridade em torno do professor [...]”. Os estudantes são submetidos a esse olhar de vigia que controla as condutas e demonstra hierarquia sob o olhar do mestre.

Relacionado a isso, Foucault nos possibilita compreender a disciplina como uma técnica de dispor os corpos nos espaços, individualizando-os, possibilitando ao olhar vigilante a indução do efeito de poder: mesmo quando não são vigiados os estudantes são condicionados a presumir que estão sendo observados. Ele diz que a localização do professor no espaço da sala de aula permite a comparação com o dispositivo Panóptico de Bentham que tem por característica induzir naquele que é vigiado um “[...] estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2019, p. 195).

O autor ainda relaciona essa disposição no espaço à clausura, uma das técnicas do exercício de poder que permite o controle dos corpos, a averiguação da presença ou ausência, um lugar determinado de domínio. Desse modo, durante o período escolar a técnica do controle pedagógico é realizada a partir dos relatórios de classe pelo professor, marcando faltas, notas, comportamentos fora da norma, que

são discutidos em conselhos de classe, além do professor deliberar as formas de avaliação, exercendo o seu papel de estabelecer obediência (TRAGTENBERG, 1985).

Já segundo Roncaglio (2004) a relação professor-aluno no ensino superior também está sujeita às regras, escolhas pedagógicas, interesses dos alunos, dos docentes e do curso. As regras são estabelecidas não só pelos indivíduos em interação, mas também pela administração do curso e, em escala maior, pela legislação do país. Nas narrativas de alguns entrevistados é destacado o poder institucionalizado que permite o exercício de poder pelo professor. A entrevistada F afirma que:

[...] o professor se sente coagido também, de certa forma, a cumprir certos requisitos. Por exemplo, ele avalia o aluno por meio de notas e ele precisa dar uma certa resposta a quem cobra essas notas a ele e toda essa situação vai colocando uma escala que se sente coagido por uma parte [...]. A própria estrutura da universidade, no fim das contas, coloca os sujeitos para exercerem um tipo de dominação, mesmo que de forma inconsciente.

Sendo o exercício de poder configurado como uma rede de sujeição, produzindo indivíduos direcionados a diferentes sujeições por meio de instituições disciplinares como a universidade o professor pode ser considerado um dos sujeitos envolvidos nessa teia de relações presentes nas instituições educacionais que estabelecem normas, hierarquias, disciplinas.

É indiscutível que o docente encontra-se envolvido por diversas hierarquias, subordinado a algumas normas que lhes são cobradas como lista de presença, qualificação do aluno na matéria, dentre outras. Entretanto, o professor também dispõe de autonomia na sua relação com os alunos. É ele, sempre no processo de interação com esses estudantes, quem decidirá sobre como será o método de avaliação, como será organizado o espaço da sala de aula, a maneira como se desenvolverá seu relacionamento com os alunos.

Dessa maneira, é necessário que o aluno também se adeque às normas da instituição, introduzido às condutas e saberes que se esperam dele a fim de que sejam incorporadas rotinas e desempenhos intelectuais exigidos neste universo. O sujeito passa então a adquirir novos saberes, novas leituras, novas escritas, principalmente na universidade quando o estudante deve se adaptar à nova realidade, se apropriando 'adequadamente' do ofício de estudante. Caso isso não ocorra, provavelmente se encontrará em um lugar de fracasso nesse percurso (COULON, 2017).

Ao longo das narrativas dos participantes surgiram algumas falas como a do entrevistado B que afirma: "Mas há sempre uma relação de poder entre aluno e professor, principalmente porque ele tem [...] a caneta, tem a nota e isto são instrumentos que dão força na relação, na tensão professor-aluno". Para tal, a prática de avaliações surge com o objetivo de qualificar e individualizar o aluno e se configura como uma outra forma de exercício de poder pelo docente e que também advém de um processo educacional institucionalizado.

Dessa maneira, a prática de avaliação está relacionada com a técnica do exame referida por Foucault (2019) com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes. Se configura como uma forma de vigilância que possibilita qualificar, classificar e, finalmente, aplicar uma punição. Em outros termos, significa para o estudante ter uma pesquisa, uma ação, uma fala destacada positiva ou negativamente, incentivada ou negatizada.

Na universidade, mesmo sendo consensual para os estudantes que o exercício de poder na relação professor-aluno se potencializa no espaço físico da sala de aula através das técnicas e estratégias, a maioria dos entrevistados destaca que ele se faz presente em outros âmbitos da instituição, seja numa apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), avaliação de relatórios de Iniciação Científica, na prática de extensão. O professor sempre tem a possibilidade de aprovar ou reprovar. Em consonância a isso os seguintes entrevistados destacam que:

No ensino básico, são forças diferentes no sentido de poder, mas é sempre as mesmas armas “Ah, eu posso te reprovar”, “Ah, eu vou chamar os seu pais”; No ensino superior não dá para fazer isso, né?! Mas tem aquela coisa de pensar se o professor vai estar na minha banca, na pós-graduação. Então, esses elementos a gente não descarta eles né?! (C).

[...] o professor tem outros espaços aqui dentro da UEFS, assim como os estudantes. [...] pesquisa, extensão, e aí você vai para a pesquisa com um orientador que, por vezes, até mesmo na sua pesquisa ele tenta fazer com que você caminhe para um lado que agrade mais a ele do que lhe agrade e às vezes você fica com as mãos atadas porque ele é o seu orientador (F).

Pensar que o ensinar e o aprender está além da sala de aula, se exerce na iniciação científica, em uma palestra, nas atividades de extensão, em uma reunião de departamento (G).

Sendo assim, se faz importante compreender que o exercício de poder não está situado em um único local, mas perpassa pelas relações sociais independente do lugar.

Ademais, o poder simbólico é identificado como uma das formas de exercício de poder. O conceito de poder simbólico é discutido por Bourdieu (1989) o qual se refere a um poder invisível, mas reconhecido e produz efeitos reais assim como o poder físico, mas sem desperdiçar energia. É um poder que se baseia nas experiências, no conhecimento, e a partir disso afere poder ao sujeito. Além disso, o autor relaciona o campo de poder como “campo de forças”, que ocorrem lutas de poder que são dependentes do poder simbólico acumulado de determinados agentes, ou seja, dependem do poder simbólico dos sujeitos ou instituições envolvidas.

Tendo isso em vista, a análise das falas dos entrevistados destaca que o conhecimento é um lugar de diferenciação no Brasil e, na relação específica aqui discutida, o professor assume esse lugar mais do que os alunos por conta das suas experiências de currículo, da sua bagagem de conhecimento que está para além do espaço da sala de aula.

No ensino básico os estudantes, costumeiramente, possuem uma visão do professor como o dono do saber e da situação, sendo reafirmada através do comportamento do docente em sala, da sua forma de falar autoritária: “Eu não quero bagunça; todo mundo copiando; senta e não fala nada” (JESUS, 2009), validando ainda mais a relação de poder entre professor e aluno.

A relação professor-aluno apresenta uma hierarquia que muitas vezes é explicada por esse poder simbólico, alguns professores usam esse argumento para praticar ações antiéticas que colocam o aluno como seu inferior e que, como defende a entrevistada F, para o professor, a depender da situação, é conveniente assumir esse lugar de poder na interação com o aluno. Nesse sentido, o entrevistado D ressalta que:

Tem professor que não vai com a cara do aluno e pode dificultar a vida do aluno na matéria dele e sendo que ele é o único professor a ocupar a cadeira por anos, sabe que esse aluno não vai fazer nada. Então isso gera, inclusive, em situação [...] que tem gente na fila, esperando o professor sair de licença para naquele semestre pegar a matéria para não precisar ter a matéria com esse professor.

Como consequência desse comportamento é possível ocorrer a desistência de cursar determinada disciplina. Os estudantes resistem, mas é necessário destacar que por medo de represálias dos professores alguns se omitem. Além disso, a entrevistada F diz que:

Querendo ou não, acho que o que faz com que a gente, enquanto estudante,

sinta esse medo de enfrentar é o respeito intelectual, já que o professor tem um tempo maior de estudo, sabe mais, então isso coloca a gente em uma posição inferior e às vezes isso atrapalha, faz com que a gente reproduza aquilo que a gente vem aprendendo na escola, né?!

Ainda como argumento da prática de poder pelo docente, uma das estudantes entrevistadas afirma que esse exercício se dá, muitas vezes, pela sua “pedagogia tradicional” que enxerga o estudante como uma tábula rasa, se vê como o detentor de todo o conhecimento o que reafirma essa relação de hierarquia entre professor e aluno.

Partindo do pressuposto de que o poder é algo que se exerce, que não está centralizado em algo ou alguém, que permeia todas as relações sociais, que ora pode ser exercido por alguém, ora pode ser “sofrido” por ele, os estudantes também são sujeitos que exercem poder na relação professor-aluno. Tal exercício se dá tanto de maneira individual quanto coletiva, sendo essa última considerada uma forma de potencializar seus efeitos.

A entrevistada F afirma que quando apenas um estudante busca solucionar alguma questão com o docente o primeiro se sente coagido de alguma maneira, o que dificilmente aconteceria se a ação partisse de um grupo. Nesse mesmo sentido, os entrevistados afirmam que o estudante, enquanto um indivíduo, exerce poder na determinada relação, mas quando há a união o efeito de poder é manifestado com uma maior intensidade, principalmente na universidade.

Para o entrevistado C é importante que o exercício de poder pelos estudantes seja de forma coletiva e complementa que “A coletividade sempre dão outras possibilidades de enfrentamento a poderes já estabelecidos” fazendo uma analogia do poder que é exercido pelo professor. Nas palavras da entrevistada G:

A gente tem os D.A.'s, os coletivos, os grupos de estudo. Mas eu acho que a universidade, embora as relações de poder sejam de maneira diferente, [...] a autonomia universitária também te dá autonomia para questionar determinados lugares de poder.

Desse modo, compreende-se que a universidade proporciona ao estudante mais espaços e oportunidades para a construção de uma maior autonomia quando comparada ao ensino básico. Mas o que isso representa? A maioria dos universitários são maiores de idade, muitos já estão na fase adulta ou em transição, o que induz o docente a tratá-los diferentemente de um adolescente. Além disso, não é mais necessário a autorização para sair da sala de aula, o próprio estudante organiza os seus horários e as suas disciplinas, não tem mais reunião de pais. Sobre isso, a entrevistada G afirma que:

[...] no ensino básico é aquela coisa de professor detentor do conhecimento. [...] e acho que na universidade a gente tira o professor desse lugar. Não que ele não tenha um conhecimento mais elaborado, não é desconsiderar isso, mas é a própria forma de como a gente aprende na universidade a lidar com as ferramentas, os conhecimentos metodológicos, teóricos, de produzir conhecimento na universidade, faz com que a gente questione o outro também. Na mesma medida que o poder se altera, se oferece mais autonomia para fazer isso, assim, para questionar esses lugares.

A partir da análise das narrativas, o principal aspecto relevante para essa autonomia no âmbito universitário é a prática do questionamento que parte do estudante ao professor, não vendo mais o docente como o detentor de todo e qualquer conhecimento. O estudante se enxerga como um sujeito que também poder argumentar acerca da sua percepção sobre o tema abordado, não é mais um indivíduo que só recebe informações e não reflete sobre. O estudante B compara suas experiências na escola com as da universidade.

Na escola o aluno tem menos autonomia, já na universidade você já tem mais autonomia, mais abertura, É uma relação. Pelo menos dentro da UEFS, o professor está muito mais acessível, nesse sentido de uma relação mais próxima, até porque a gente está falando de pessoas ou chegando na fase adulta ou mais adulta. Já quando estamos falando sobre a escola, geralmente estamos falando de adulto para adolescente e aí essa relação se configura de forma diferente.

Desse modo, os entrevistados destacam que os estudantes universitários desenvolvem um pensamento crítico, que, para eles, não é tão comum no ensino básico uma vez que os alunos aceitam e sustentam uma relação professor-aluno verticalizada. Segundo alguns dos entrevistados, quando o estudante se enxerga enquanto sujeito que exerce poder na determinada relação, quando ele tem conhecimento de seus direitos, ele passa a exercê-lo.

É indiscutível que normas, regras, são características das instituições disciplinares e moldam comportamentos. A partir disso, direitos são assegurados aos estudantes, seja a revisão de avaliação, devolutiva de trabalhos com adequada justificativa, entrega das notas no devido prazo, assim como estabelece a Resolução 46/2006 do Conselho Universitário (CONSU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É direito do aluno cobrar do professor as ações supracitadas. Nesse sentido, a estudante G destaca que há um poder que é instituído, um poder que advém da instituição e permite o seu exercício pelos estudantes. Pensar que o que está regulamentado no estatuto da universidade possibilita tal exercício.

Em todo exercício de poder há a possibilidade de resistência, uma vez que a liberdade é crucial para esse movimento. Posto isso, a resistência, segundo Foucault (1995), é exercida de diferentes modos e é contra o exercício de poder que individualiza e qualifica os indivíduos. É uma luta imediata que objetiva não o inimigo central, mas o mais próximo, nesse caso, o docente. Já a instituição, a escola e/ou a universidade, se caracterizam como o inimigo mor.

É perceptível a individualização e a qualificação do estudante com a finalidade de tornar os corpos úteis e dóceis. Considerando que a prática da resistência é exercida pelos estudantes, resistindo às técnicas de exercício de poder dos docentes, a partir das narrativas dos entrevistados foram identificadas algumas ações com essa característica. Segundo os entrevistados B e G, no ensino superior, respectivamente:

Se o aluno quiser retirar um professor de turma porque não gosta, da universidade, por exemplo, se quiser fazer uma movimentação, se os alunos se organizarem para poder retirar o professor, eles vão fazer.

[...] por exemplo, quando o professor se nega a disponibilizar o material de estudo porque ele diz que é obrigação nossa de encontrar referências, então a turma se articula para questionar o professor [...].

Dessa forma, a resistência não é exercida fora da relação de poder, mas pelos sujeitos que estão envolvidos nessa relação. Assim como foi destacado nas falas anteriores, os estudantes podem se articular e questionar algumas ações do professor que são inconsistentes para eles. A realização de um abaixo assinado para que o professor seja substituído é constituído como outro exemplo de resistência desses estudantes.

As formas de resistência também são lutas contra o regime do saber, contra o privilégio do conhecimento. Foucault (1995, p. 235) ressalta que “O que é questionado é o modo pelo qual o saber circula e funciona, suas relações com o poder. Em resumo, o regime do saber”. A partir disso, o professor na sala de aula é visto como um sujeito que tem o privilégio de determinado saber, aquele que pode falar de um tema com mais profundidade.

A consciência desse privilégio conduz os estudantes a se organizarem e se manifestarem contra esse lugar específico ocupado pelo professor. Em relação a isso o entrevistado D afirma que no ensino básico era muito mais difícil resistir ao exercício de poder do professor, tudo o que ele falava era tomado como verdade, mas na universidade ele destaca que geralmente os estudantes podem refutar o que o docente fala. Isso reafirma que os estudantes no ensino superior estão mais ativos na dinâmica do exercício de poder nessa relação por se identificarem como sujeitos que também exercem poder.

## CONCLUSÃO

Entende-se que o poder é algo exercido e não um objeto que os indivíduos ou as instituições possuem. Ele é dinâmico, podendo se deslocar não apenas em escalas históricas, mas permanentemente, nos diferentes grupos sociais, cotidianos, associações, relações. Acontece em rede e se espalha em diferentes movimentos de alianças, divergências, rupturas, novas alianças, que são estabelecidas sempre de forma provisória. É complexo e multifacetado, ora apresentando sentidos negativos, ora também se destacando pela sua característica de promotor de saberes, verdades, comportamentos.

O exercício do poder sempre esteve presente na relação professor-aluno. Segundo os entrevistados isso aconteceu em diferentes períodos de suas formações através, principalmente da organização da sala de aula que possibilita um olhar vigilante do professor aos alunos, do processo de avaliação onde a caneta representa o instrumento de aprovação ou não, da interação hierarquizada estipulada pelos docentes, do poder simbólico contido no lugar de conhecimento ocupado por esse indivíduo que é usado, muitas vezes, como fator de superioridade, de arbítrio.

Os estudantes não são estáticos na relação com os docentes. Através do conhecimento de seus direitos, conquistados e garantidos no estatuto da universidade, constroem movimentos de resistência ao exercício de poder dos docentes, mobilizando conhecimentos e ações que lhes permitem enfrentar e se potencializar na relação. Segundo eles, a força de tais processos se constitui na coletividade, na união de interesses grupais. E essa des/união também é construída por relações que são tecidas a partir de interesses comuns e que, portanto, são instáveis.

Algumas formas de exercício de poder são mais perceptíveis em um período educacional do que no outro, mas em ambos está presente. É possível perceber ao longo dos relatos que na universidade os estudantes se enxergam como sujeitos que exercem poder na relação, o que dificilmente acontecia no ensino básico, seja por conta da idade, seja por compreenderem o professor como uma figura detentora de toda a verdade, estando eles em um lugar que não permitia questionamentos.

Em síntese, professores e alunos são seres sociais que estão envolvidos em diversas relações, ora praticando ora “sofrendo” o exercício de poder, indivíduos envolvidos em micro e macro relações, direcionados e direcionadores de diferentes sujeições.

## REFERÊNCIAS

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 4, p. 17

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Dreyfus, H.; Rabinow, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, p. 231-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Ed. Vozes, 2019.

GUIRAUD, Luciene. As relações de poder na organização escolar: um estudo sobre a construção da subjetividade. *Revista de Educação*, volume 1. Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde>. Acesso em: 16 ago 2020.

JESUS, A. Relação professor aluno na educação Infantil. *Pedagogia ao pé da letra*. 2019. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/relacao-professoraluno-na-educacao-infantil/>. Acesso em: 16 ago 2020.

MINAYO, M.C. de S. *O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. (10ª edição). São Paulo: H

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORVENÉ, C.; SANGENIS, L.. Concepções e Práticas de Autoridade e Poder na Relação Professor-*Aluno*. *Revista Brasileira de Representações Sociais, Subjetividade e Educação*. Curitiba: 10º Congresso Nacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. 11489-11499. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/cd2011/pdf/6539\\_4007.pdf](https://educere.bruc.com.br/cd2011/pdf/6539_4007.pdf). Acesso em: 29 jul. 2021

RONCAGLIO, S. M. A relação professor-aluno na educação superior: a influência da gestão educacional. *Revista de Educação*, v. 24, n. 2, p. 100-111, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. Relações de poder na escola. *Lua Nova*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 68-72, Maio 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451985000100021](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000100021). Acesso em: 24 jul. 2021

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Resolução de Conselho Superior de Educação nº 46/2006. Disponível em: [http://sites.uefs.br/portal/departamentos/dcis/menus-do-dcis/downloads/resolucao\\_cons\\_46\\_2006\\_avaliacao\\_2006.pdf](http://sites.uefs.br/portal/departamentos/dcis/menus-do-dcis/downloads/resolucao_cons_46_2006_avaliacao_2006.pdf). Acesso em: 15 ago 2020.

\*Autora: Graduanda em Psicologia e bolsista de Iniciação Científica vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Pedagogia Universitária (NEPPU) na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: lore.amorim16@gmail.com

\*\*Coautora: Professora do Departamento de Educação (DEDU), vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Pedagogia Universitária (NEPPU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: nicebraga08@gmail.com